



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

**EMENDA Nº - CCJ**

**(PEC 45, DE 2019)**

**Suprima-se o art. 156-B da Emenda Constitucional 45 de 2019, que estabelece o Conselho Federativo, e demais dispositivos referentes ao seu funcionamento;**

**JUSTIFICATIVA**

O Conselho Federativo, na forma proposta, fere de morte o princípio federativo estabelecido na Constituição Federal, podendo fazer, quase tudo devido as disposições de sua independência, retirando muito o poder dos entes tributários, os Estados e municípios.

Tal inovação, não prevista no nosso ordenamento, e não contemplada pelo constituinte originários, suprime o poder dos entes subnacionais, senão vejamos: nenhum estado ou município poderá fazer operação de fiscalização que não seja autorizada pelo Conselho, não poderão fazer o controle dos seus próprios meios arrecadatórios, constituindo uma perda de competência sem precedente. Além disso, a representatividade no Conselho, por critérios populacionais deixará as decisões praticamente nas mãos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pois, representam mais de 40% da população; sendo o percentual de representação mais 60% necessário para deliberação, obviamente, esses três estados defenderão os seus interesses e nada será aprovado sem apoio deles.

Pode ocorrer, também, desalinhamento político (e isso é possível), que poderá afetar a distribuição de recursos, o que ocasionará tensão e fragilizará nossa democracia.

Além do mais, o Conselho passa a ter mais poder do que os entes federados haja vista que poderá ter a iniciativa de lei complementar, essa prerrogativa não existe para Estados e municípios.

Feitas essas observações, defendo o respeito incondicional ao PACTO FEDERATIVO, preservando a autonomia dos entes federados na gestão tributária em sua jurisdição, no que se refere à administração, fiscalização, arrecadação, cobrança, fixação de alíquotas e julgamentos administrativo tributários, mantendo, no âmbito do ente federativo, toas as competências e atribuições relativas à administração tributária.

Por essas razões, tendo em vista existirem meios mais eficientes e menos danoso à democracia, como a criação de sistema computacional de elevada precisão, que se encarregará de operacionalizar todo o processo arrecadatório, se encarregando de reproduzir, por meio de coeficientes percentuais exatos, as participações de cada ente federativo na distribuição do valor arrecadado por meio das Notas Fiscais



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

Eletrônicas. Dessa forma, elimina-se a necessidade de montar uma estrutura de arrecadação burocrática.

Dessa forma, proponho a supressão dos dispositivos relativos a criação do Conselho Federativo.

Sala da Comissão, de setembro de 2023

Senador Astronauta Marcos Pontes  
PL/SP